

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
FACULDADE DE AGRONOMIA ELISEU MACIEL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE
SEMENTES**



DISSERTAÇÃO

**EXPERIÊNCIA DO PRÓ JOVEM CAMPO NA COMUNIDADE DE ANHAIA
(Morretes-PR) – CONSTITUIÇÃO DE BANCO DE SEMENTES CRIOULAS**

Veronica Tavares Neto

Pelotas, 2014

Veronica Tavares Neto

**EXPERIÊNCIA DO PRÓ JOVEM CAMPO NA COMUNIDADE DE ANHAIA
(Morretes-PR) – CONSTITUIÇÃO DE BANCO DE SEMENTES CRIOULAS**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Pelotas, sob orientação do Professor Dr. Paulo Dejalma Zimmer, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Ciência e Tecnologia de Sementes para a obtenção do título de Mestre em Ciências.

Orientador: Dr. Paulo Dejalma Zimmer

Co-Orientadora: Dra. Andréia da Silva Almeida

Pelotas, Maio de 2014.

Universidade Federal de Pelotas / Sistema de Bibliotecas
Catalogação na Publicação

T111e Tavares Neto, Veronica

Experiência do pró-jovem campo na comunidade de Anhaia (Morretes - PR) - constituição de banco de sementes crioulas / Veronica Tavares Neto ; Paulo Dejalma Zimmer, orientador ; Andréia da Silva Almeida, coorientadora. — Pelotas, 2014.

36 f. : il.

Dissertação (Mestrado) — Programa de Pós-Graduação em Ciência e Tecnologia de Sementes, Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel, Universidade Federal de Pelotas, 2014.

1. Agroecologia. 2. Agricultura familiar. 3. Projovem campo. 4. Sementes. I. Zimmer, Paulo Dejalma, orient. II. Almeida, Andréia da Silva, coorient. III. Título.

CDD : 631.521

**EXPERIÊNCIA DO PRÓ JOVEM CAMPO NA COMUNIDADE DE ANHAIA
(Morretes-PR) – CONSTITUIÇÃO DE BANCO DE SEMENTES CRIOULAS**

VERONICA TAVARES NETO

Orientador:

Dr. Paulo Dejalma Zimmer

Co-Orientadora:

Dra. Andréia da Silva Almeida

BANCA EXAMINADORA

Dr. Paulo Dejalma Zimmer

Dra. Lilian Vanussa Madruga de Tunes

Dr. Geri Eduardo Meneghello

Dra. Andréia da Silva Almeida

Aprovado em: 15/05/2014.

AGRADECIMENTOS

A Deus por permitir essa conquista e por estar ao meu lado em todos os momentos dessa caminhada.

À Universidade Federal de Pelotas e ao IBG por disponibilizar a estrutura física e corpo docente que possibilitaram a realização desse trabalho.

À minha coorientadora Dra. Andréia da Silva Almeida pela orientação, incentivo, amizade, carinho, dedicação, ensinamentos e apoio em todas as etapas deste trabalho, meus sinceros agradecimentos.

Ao meu orientador, professor Paulo Dejalma Zimmer, pela orientação, confiança e respeito ao longo dessa etapa.

A todos os professores do Programa de Pós-graduação pelos ensinamentos.

Ao meu esposo Alencar Peres, pelas angústias e preocupações que passou comigo, pelo amor, companheirismo, carinho e estímulo, dedico-lhe essa conquista com muita gratidão.

Ao meu filho João Raphael, pela compreensão e estímulo para continuar meus estudos e nunca desistir de alcançar meus objetivos, muito obrigada.

*Aos meus pais Edir e Devanir Tavares (In Memoriam), ao meu esposo Alencar
Peres e meu filho João Raphael Neto.*
Dedico

RESUMO

NETO, Verônica Tavares. **Experiência do pró-jovem campo na comunidade de Anhaia (Morretes - PR) – constituição de banco de sementes crioulas.** 2014, 36f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Ciência e Tecnologia de Sementes. Universidade Federal de Pelotas, Pelotas.

O Programa Projovem Campo se destina a desenvolver uma política que fortalece e amplia o acesso e permanência de jovens agricultores (as) familiares no sistema formal de ensino, para que através da educação esses jovens possam resgatar a credibilidade na Agricultura Familiar. O presente trabalho caracteriza a experiência dos educandos no curso Projovem Campo na comunidade de Anhaia- Morretes- PR. Apresenta os desafios da Agricultura Familiar no Brasil, assim como os desafios da Produção e comercialização dos Produtos oriundos da comunidade acima citada. Hoje temos pequenas hortas nas propriedades dos educandos e uma horta experimental na escola; assim como um banco de sementes próprias criado pelos educandos do Programa Projovem Campo, que atende também a comunidade.

Palavras chave: Agroecologia; Agricultura Familiar; Projovem Campo; Sementes.

ABSTRACT

NETO, Veronica Tavares. **Experience of the young pro campo in the community of Anhaia (Morretes - PR) - creation of a bank of creole seeds.** 2014, 36f. Dissertation (Master degree) - Post-Graduate Program in Seed Science and Technology. Federal University of Pelotas, Pelotas.

The Projovem Field Program is designed to develop a policy that strengthens and extends the access and permanence of young family farmers in the formal education system so that through education these young people can restore credibility in Family Agriculture. The present work characterizes the experience of the students in Projovem Campo course in the community of Anhaia-Morretes-PR. It presents the challenges of Family Agriculture in Brazil, as well as the challenges of Production and commercialization of Products from the community mentioned above. Today we have small gardens in the properties of the students and an experimental garden in the school; as well as a seed bank of its own created by the Projovem Field program, which also serves the community.

Keywords: Agroecology; Family Farming; Projovem Field; Seeds.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	10
2. REFERENCIAL TEÓRICO	11
2.1. Histórico da Agroecologia no Brasil	11
2.2. Agroecologia: uma perspectiva transformadora em construção: desafios e potencialidades	13
2.3. Desafios da Agricultura Familiar no Brasil	16
2.4. As Sementes Locais, Tradicionais ou Crioulas	18
3. MATERIAL E MÉTODOS	22
3.1. Caracterização do local de Estudo	22
4. RESULTADOS E DISCUSSÃO	23
4.1. Programa Pró-Jovem:	23
4.2. Caracterização da Produção e Comercialização Local:.....	24
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	28
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	29

1. INTRODUÇÃO

As sementes crioulas chegaram até os nossos dias pela prática da agricultura tradicional realizada pelos agricultores e populações indígenas, os quais conservaram, selecionaram, melhoraram e trocaram sementes entre si. Onde havia uma interdependência da sobrevivência de espécies cultivadas e de populações humanas com uma íntima relação entre os povos, principalmente as mulheres, seus territórios e suas sementes (PELWING et al., 2008).

De acordo com Gonçalves e Souza (2005), na legislação brasileira, a definição de propriedade familiar é o imóvel que, direta e pessoalmente explorado pelo agricultor e sua família, lhes absorva toda a força de trabalho, garantindo-lhes a subsistência e o progresso social e econômico, com área máxima fixada para cada região e tipo de exploração, e eventualmente trabalhado com a ajuda de terceiros.

Com a introdução do projeto Campo na comunidade de Anhaia - Morretes teve-se a oportunidade de conhecer e caracterizar os educandos, assim como a comercialização dos Produtos agrícolas , e as sementes produzidas pelos mesmos, fazendo assim um estudo de caso nesta comunidade.

Através do curso, os Educandos tiveram a oportunidade de resgatar a credibilidade e sustentabilidade da propriedade agrícola familiar através da comercialização dos produtos agrícolas produzidos pela comunidade do Anhaia. A Escola, além de funcionar como polo irradiador de uma concepção de produção agrícola agroecológica, com a introdução de tecnologias apropriadas, é uma unidade demonstrativa, onde os educandos (agricultores locais) podem avaliar a viabilidade de se modificar os sistemas de produção convencionais, e assim conseqüentemente minimizar o êxodo rural.

Assim, os objetivos do trabalho foram caracterizar os educandos e os desafios da Produção e comercialização Agrícola na comunidade do Anhaia, Morretes-PR, quanto ao uso de Sementes Crioulas.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1. Histórico da Agroecologia no Brasil

A interação com as ciências sociais e a visão sistêmica na correlação entre os vários componentes de um agrossistema, são características marcantes na construção da agroecologia.

As duas ciências das quais a agroecologia deriva – a ecologia e a agronomia – tiveram um relacionamento tenso durante o século XX. A ecologia ocupou-se principalmente do estudo de sistemas naturais, enquanto a agronomia tratou da aplicação de métodos de investigação científica à prática da agricultura. A fronteira entre a ciência pura e a natureza, por um lado, e a ciência aplicada e o esforço humano, por outro, manteve as duas disciplinas relativamente separadas, com a agricultura cedida ao domínio da agronomia. Com poucas exceções importantes, apenas recentemente foi votada mais atenção à análise ecológica da agricultura.

Uma das primeiras ocasiões de cruzamento fértil entre a ecologia e a agronomia ocorreu no final dos anos 20, com o desenvolvimento do campo da ecologia dos cultivos. Aos ecologistas de plantas cultivadas interessava onde eram feitos os plantios e as condições ecológicas nas quais eles cresciam melhores.

Nos anos 30, estes ecologistas, na verdade, propuseram o termo agroecologia como ecologia aplicada a agricultura. No entanto, uma vez que a ecologia estava se tornando uma ciência experimental de sistemas rurais, os ecologistas deixaram a "ecologia aplicada" à agricultura para os agrônomos, e o termo agroecologia parece ter sido esquecido.

Após a segunda guerra mundial, enquanto a ecologia movia-se a direção da ciência pura, a agronomia tornou-se cada vez mais orientada por resultados, em parte por causa da mecanização crescente da agricultura e pelo uso difundido de produtos químicos agrícolas. Os pesquisadores em cada área ficaram menos propensos a ver pontos entre as disciplinas, e a distância entre elas alargou-se.

No final dos anos 50, o amadurecimento do conceito ecologista deflagrou um interesse renovado na ecologia de cultivos e algum trabalho no que foi denominado ecologia agrícola. O conceito de ecossistema forneceu, pela primeira vez, uma estrutura básica geral para se examinar a agricultura a partir de uma perspectiva ecológica, embora poucos pesquisadores, na realidade, a usarem dessa forma.

Muitas outras formulações se sucederam nos anos 60, como os princípios da ecologia agrícola em 1965 por Tischler. Destacam-se os estudos de E Odum, na área da ecologia das espécies. A condição da Agroecologia ciência e seu enfoque sistêmico no estudo de agroecossistemas, ganha grande impulso os trabalhos de Miguel Altieri, e seus estudos sobre os sistemas tradicionais e indígenas.

Ao longo dos anos 60 e 70, o interesse em aplicar a ecologia à agricultura gradualmente ganhou ímpeto com a intensificação da pesquisa de ecologia de população de comunidades, a influencia crescente de abordagens em nível de sistemas e o aumento da consciência ambiental. Um sinal importante deste interesse em nível internacional ocorreu em 1974, no Primeiro Congresso Internacional de Ecologia, quando um grupo de trabalho desenvolveu um relatório intitulado "Análise de Agroecossistemas".

Na medida em que mais ecologistas, nos anos 70, passaram a ver sistemas agrícolas como áreas legítimas de estudos, e mais agrônomos viram o valor da perspectiva ecológica, as bases da agroecologia cresceram rapidamente. No início dos anos 80, a agroecologia tinha emergido como uma metodologia e uma estrutura básica conceitual distinta para o estudo de agroecossistemas. Uma influência importante durante este período veio dos sistemas tradicionais de cultivo, dos países em desenvolvimento que começaram a ser reconhecidos por muitos pesquisadores como exemplo importante de manejo de agroecossistemas, ecologicamente fundamentados (por exemplo, Gliessman, 1978; Garcia e Amador, 1981).

Com o crescimento de sua influência, a agroecologia contribuiu para o desenvolvimento do conceito de sustentabilidade na agricultura. Enquanto a sustentabilidade fornecia uma meta para focalizar a pesquisa agroecológica, a

abordagem do sistema integral da agroecologia e o conhecimento de equilíbrio dinâmico proporcionavam uma base teórica e conceitual consistente para a sustentabilidade. Em 1984 diversos autores estabeleceram a base ecológica da sustentabilidade nos anais de um simpósio (Douglass, 1984); esta publicação teve um papel destacado na solidificação da relação entre a pesquisa agroecológica e a promoção da agricultura sustentável.

Hoje a agroecologia continua a fazer conexão entre fronteiras estabelecidas. Por um lado, a agroecologia é o estudo de processos econômicos e de agroecossistemas, por outro, é o agente para as mudanças sociais e ecológicas complexas que tenham necessidade de ocorrer no futuro a fim de levar a agricultura para uma base verdadeiramente sustentável.

Seção (Extraída e adaptada de Agroecologia – Processo Ecológico em Agricultura Sustentável – Stephen R. Gliessman, 2000).

2.2. Agroecologia: uma perspectiva transformadora em construção: desafios e potencialidades

As elaborações e iniciativas agroecológicas, bem como as iniciativas da industrialização de pequeno porte, da economia solidária, da venda direta e outras iniciativas populares incorporam importantes acúmulos a serem potencializados como instrumentos de resistência. Mas, sobretudo quando junto a estes se incorporem elementos de dimensão estratégica, entende-se que, aos mesmos, além de contribuir na superação das dificuldades mais imediatas, podem contribuir decisivamente na construção de uma nova ordem embasada em um novo paradigma, para uma Sociedade Sustentável.

A construção da agroecologia no Brasil foi protagonizada pela sociedade civil em processos locais e/ou regionais, mais ou menos organizados. Evidencia-se como uma luta de resistência isolada por um enorme número de agricultores camponeses (definidos por Maria de Nazareth Baudel Wanderley - 1996), como aqueles que tem particularidades que os especificam no interior do conjunto maior da agricultura familiar e que dizem respeito aos objetivos da atividade econômica, às experiências de sociabilidade e à forma de sua inserção na sociedade global", que mantém uma relativa autonomia face à sociedade global.

Paralelamente, a agroecologia é assumida de forma mais organizada em inúmeras experiências como reação de oposição e enfrentamento ao sistema e seu modelo, bem como propositiva na geração de renda, superação das dificuldades ambientais, e na preservação da saúde e busca de melhor condição de vida.

Estas iniciativas vêm crescentemente se multiplicando e fortalecendo junto a agroecologia uma visão científica sistêmica, holística e estratégica, envolvendo valores e perspectivas transformadoras. Desafiando assim de forma propositiva a atual lógica de desenvolvimento através do exercício de uma nova prática sócio política, produtiva e ecológica. Como afirma Eduardo ServillaGusmã – durante seminário com os movimentos populares rurais do Rio Grande do Sul em 2002, caracterizando a agroecologia aplicada junto aos movimentos com: "uma luta política efetiva que mostra que é possível viver de outra forma". Ou como defende Henrique Leff (2001) – associado agroecologia a uma nova lógica de desenvolvimento, onde:

"A agroecologia incorpora o funcionamento ecológico necessário para uma agricultura sustentável, mas ao mesmo tempo projeta princípios de equidade na produção, de maneira que suas práticas permitem um acesso igualitário aos meios de vida".

A dimensão estratégica passa pela criação de uma identidade de projeto e pelo desenvolvimento da capacidade propositiva coletiva mais ampla. "Considera-se a construção de identidade de projeto quando os atores sociais, utilizando-se de qualquer tipo de material cultural ao seu alcance, constroem uma nova identidade capaz de redefinir sua posição na sociedade e, ao fazê-lo, de buscar a transformação de toda a estrutura social (...)" (Castells, 1999 citado por Carvalho, 2002). A dimensão de protagonismo e identidade tornam os cidadãos sujeitos.

Na definição de Castells, 1999, (citado por Carvalho, 2002). "Sujeitos não são indivíduos, mesmo considerando que são constituídos a partir de indivíduos. São atores sociais coletivos pelo qual indivíduos atingem o significado holístico em sua experiência. Neste caso a construção da

identidade consiste em um projeto de vida diferente, talvez com base em uma identidade oprimida, porém, expandindo-se no sentido de transformação da sociedade como prolongamento desse projeto de identidade (...)".

Mudança na matriz de consumo e nas práticas de produção, valoração e respeito à diversidade cultural, o exercício efetivo de valores como a solidariedade, equidade, igualdade e mudança de concepção de mundo, são básicos para uma perspectiva sustentável.

Quanto às preocupações com o meio ambiente, estas se popularizam crescentemente, mesmo que fortemente impulsionadas pelas consequências e limites que o esgotamento dos recursos naturais impõe, ou seja, pelo que se pode chamar de terapia do medo proporcionado pelas previsões das reações e adversidades ambientais. Embora estas questões levantadas impulsionem mudanças positivas, não proporcionam obrigatoriamente quebra de paradigma. Isto se concretiza na medida em que as iniciativas nesta área provoquem mudanças na estrutura de pensamento envolvido, ou seja, quando ocorre uma nova consciência ambiental capaz de perceber o humano como parte da natureza, incluindo-se em um sistema ecológico, numa interação positiva co-evolução e não mais de concorrência e/ou competitividade.

Uma ecologia não centrada no ser humano, mas que reconhece o valor intrínseco de todos os seres vivos, inter-relacionados e interdependentes, sendo este apenas um fio particular da teia da vida.

A teoria da evolução competitiva resultante da tradução a seleção natural, através da supremacia do mais apto, do mais forte, precisa ser substituída pela teoria da co-evolução embasada nas interações positivas. Sobrevive melhor, aquele que melhor se relaciona com os demais. É a lei da colaboração e da solidariedade entre os seres, da complementaridade e até mesmo interdependência. Esta co-evolução se estende na interação do humano na natureza e também na interação entre os humanos como parte da natureza que são.

A cultura é o outro elemento fundamental, porque dá sentido à vida, à organização social e até mesmo à organização econômica de um povo. Para a

viabilização do capitalismo criou-se uma estrutura de pensamento alicerçada numa escala de valores e excitações da subjetividade humana, que despertam o consumismo, a disputa e a exacerbação do individualismo. Condiçãoou-se o exercício da autoestima e do reconhecimento à racionalidade das posses (- é mais quem tem mais – ou é valorizado pelo que tem), criando-se uma perspectiva de acumulação ilimitada, dissociada das reais necessidades do indivíduo envolvido. As individualidades e as particularidades culturais não são consideradas. O respeito à diversidade cultural, envolvendo a reconstrução de valores como a solidariedade, e a satisfação das perspectivas locais e endógenas de uma população, importantes para uma sociedade sustentável, caracterizam uma possibilidade concreta de contra hegemonia à massificação cultural.

Muitos autores como Leonardo Boff e outros, propõem sim um aspecto novo que deve perpassar todas as culturas. Trata-se da Bioética = ética da vida universal.

Assim associada a uma perspectiva mais ampla, a agroecologia, mais do que um ponto de chegada é uma forma de caminhar, onde cada avanço deve ser assumido e incorporado de forma cumulativa, sendo que, "o fim é também o caminho que percorremos para atingi-lo". Portanto mesmo como estratégia de resistência, mas principalmente como parte numa estratégia de transformação, a agroecologia pode ser assumida como importante tarefa (somada a outras tarefas) na quebra de paradigmas e construção de uma nova ordem.

2.3. Desafios da Agricultura Familiar no Brasil

A opção pela Agricultura Familiar se justifica pela sua capacidade de geração de emprego (da família e de outros) e renda à baixo custo de investimento. A sua capacidade de retenção da população fora dos grandes centros urbanos é fator fundamental na construção de alternativas de desenvolvimento. Sua capacidade de produzir alimentos a menor custo e, potencialmente, com menores danos ambientais, impulsiona o crescimento de todo o entorno socioeconômico local. A falta de incentivos á Agricultura

Familiar tem gerado a marginalidade dos jovens trabalhadores e trabalhadoras, envolvendo-os em drogas, prostituição, gravidez precoce, etc.

A agricultura é o principal agente propulsor de desenvolvimento comercial e, conseqüentemente, dos serviços nas pequenas e médias cidades do interior do Brasil. Basta criar incentivos á agricultura para que se obtenham respostas rápidas nos outros setores econômicos, pelo seu efeito multiplicador. É também condição fundamental para que haja uma sobrevida para a economia da grande maioria dos municípios brasileiros. É o desenvolvimento com distribuição de renda no setor rural que viabiliza e sustenta uma qualidade de vida do setor urbano.

Segundo pesquisa recentemente feita pela CONTAG/CUT, em várias áreas do país, a Agricultura Familiar ainda é a forma preponderante de produção agrícola.

Se devidamente apoiada por políticas públicas e ancorada em iniciativas locais, pode se transformar no grande potencializador de um desenvolvimento descentralizado e voltado para uma perspectiva de sustentabilidade.

O desenvolvimento e o fortalecimento da Agricultura Familiar se dará através da implementação de diversas iniciativas, que deverão estar interligadas para que possam produzir os efeitos desejados. O Programa Nacional de Apoio á Agricultura Familiar (PRONAF) e os Fundos Constitucionais são algumas iniciativas, não podendo, entretanto, a ação estatal se esgotar apenas na disponibilização de recursos para crédito de custeio. É fundamental agilizar os procedimentos das linhas de crédito de custeio e investimento, assim como a reformulação de toda a infraestrutura produtiva e social, para atender as necessidades da Agricultura Familiar.

As políticas de apoio á Agricultura Familiar, devem, inclusive, contemplar aquelas atividades não-agrícolas como, por exemplo, a industrialização, a produção artesanal e o turismo rural, atividades com grande potencial de geração de renda e ocupação.

Outro elemento que deve estar integrado ás políticas fundamentais de fortalecimento da Agricultura Familiar diz respeito à priorização de

investimentos públicos para garantir serviços de pesquisa, experimentação, difusão, assistência técnica e extensão rural, comprometida com a sustentabilidade e adaptados aos meios de produção familiar.

Existe um conjunto de iniciativas para o fortalecimento da Agricultura Familiar que dependem muito da ação sindical como, por exemplo, organização, comercialização e gestão de produção; diversificação agroecológica e planos de desenvolvimento local. Este conjunto de proposições deve estar articulado a uma política de produção de alimentos e soberania alimentar da população brasileira, como parte integrante da estratégia de desenvolvimento.

Por outro lado, a gestão da unidade produtiva precisa ser considerada como o exercício prático da democracia. Se todos os membros da família têm um papel e uma função no processo produtivo, têm direito a tomar parte nas decisões e nos resultados. Para isso, é preciso valorizar o trabalho das mulheres e dos jovens na agricultura em regime de economia familiar, construindo relações sociais de gênero, geração e etnia igualitárias e solidárias no cotidiano dos trabalhadores e trabalhadoras. É preciso entender que a Agricultura Familiar só se viabiliza a partir de uma economia solidária. Nesse sentido, a gestão coletiva da produção se apresenta como uma alternativa concreta, através da prática da cooperação:

2.4. As Sementes Locais, Tradicionais ou Crioulas.

As leis de sementes não apenas produzem seus efeitos sobre os sistemas agrícolas como também têm interfaces com as políticas de desenvolvimento rural sustentável, segurança alimentar e nutricional, inclusão social, agro biodiversidade e sobrevivência cultural dos povos tradicionais. Atualmente está em vigor no Brasil a lei nº 10711, de 5/08/2003 (conhecida como Lei de Sementes) uma lei essencialmente destinada para regular o sistema “formal” de sementes do país, desconsiderar o papel dos sistemas “locais”, manejados e controlados pelos próprios agricultores, na produção, multiplicação, distribuição, intercâmbio, melhoramento e conservação de sementes.

O termo “sistema formal” (convencional ou institucional) de sementes é utilizado para enfatizar a sua adequação a normas legais, e fato de que combina atores e instituições públicas e privadas no desenvolvimento, produção e distribuição de sementes, tais como banco de germoplasma, instituições agronômicas fitomelhoristas, produtores, beneficiadores, armazenadores, comerciantes e certificadores de sementes. Trata-se de um sistema que se destina a comercialização em grande escala.

Os sistemas formais e locais operam sob lógicas e dinâmicas muito distintas, atendendo as necessidades de diferentes modelos agrícolas, o que tem sido subestimados pelas leis de sementes. As leis de sementes devem, portanto se limitar a regular os sistemas formais, deixando fora do seu escopo os sistemas locais, que não podem ser obrigados a ser enquadrados em normas tão distantes de sua realidade econômica e sociocultural. Só assim as leis de sementes estarão contribuindo para a diversificação dos sistemas de sementes, tão fundamental para uma agricultura heterogênea e para conservação da biodiversidade agrícola.

São sistemas em que os agricultores produzem suas próprias sementes, controlando os recursos genéticos de plantas de maneira integrada e com diferentes finalidades, explica Walter de Boef. Esse pesquisador acrescenta, ainda, que o manejo e a seleção dos agricultores, em combinação com processos naturais, como mutação genética e cruzamento com parentes silvestres, caracterizam um sistema de evolução contínua dos cultivos. São sistemas que mantêm a diversidade genética no campo, em que são desenvolvidas variedades agrícolas adaptadas a condições locais específicas, que os sistemas formais não têm condições e/ou interesse em produzir e comercializar. Além disso, para os agricultores de baixa renda, a possibilidade de eliminar os custos com a aquisição de sementes comerciais também tem um peso significativo na escolha das sementes locais.

Os sistemas locais são amplamente predominantes nos países em desenvolvimento, especialmente para algumas espécies agrícolas utilizadas na alimentação local.

No Brasil, os sistemas locais são fundamentais para a agricultura, sendo responsáveis pelo abastecimento de grande parte das sementes utilizadas pelos agricultores tradicionais, familiares e agroecológicos.

A FAO, ao analisar as principais razões que levam à predominância dos sistemas locais de sementes nos países latino-americanos e caribenhos, conclui que: o sistema formal frequentemente não produz sementes de variedades locais, importantes para os agricultores, porque essas não são rentáveis do ponto de vista comercial; a maior parte das variedades melhoradas, produzida pelo sistema formal, se destina a agricultores comerciais estabelecidos em áreas favorecidas por chuvas frequentes, irrigação e fácil acesso a insumos externos, e não aos agricultores pobres que vivem em áreas marginais ou mais remotas. Por tais razões, a FAO, embora recomende certo nível de privatização no setor de sementes, alerta os países latino-americanos da necessidade de proteção dos interesses dos pequenos agricultores, especialmente daqueles que vivem em regiões marginais, pois as suas culturas de sobrevivência dificilmente despertarão o interesse de empresas privadas. A FAO destaca ainda que nos sistemas locais os agricultores compartilham, trocam ou vendem, a preços baixos, as sementes para outros agricultores, e as vantagens representadas pelo baixo preço, adaptabilidade e fácil acesso acabam compensando eventuais diferenças qualitativas em relação às sementes comerciais.

Segundo a Lei de Sementes, entende-se por cultivar local, tradicional ou crioulo “a variedade desenvolvida, adaptada ou produzida por agricultores familiares, assentados da reforma agrária ou indígenas, com características fenotípicas bem determinadas e reconhecidas pelas respectivas comunidades e que, a critério do Ministério da Agricultura, considerados também os descritores socioculturais e ambientais, não se caracterizem como substancialmente semelhantes aos cultivares comerciais”.

Apesar do avanço no reconhecimento das sementes locais, a lei deixa a critério do Ministério da Agricultura, “considerados os descritores socioculturais e ambientais”, definir se as variedades locais se caracterizam ou não como “substancialmente semelhantes aos comerciais”. Trata-se de uma incoerência,

pois é a própria lei que define a variedade local como aquela “ desenvolvida, adaptada ou produzida por agricultores familiares, assentados da reforma agrária ou indígenas”, com características fenotípicas “reconhecidas pelas respectivas comunidades”.

Deve competir às comunidades locais (ainda que com o apoio e a participação do Ministério da Agricultura ou do Ministério do Desenvolvimento Agrário e de técnicos da área agrícola) definir os critérios para a identificação e a caracterização das variedades que desenvolveram, produziram ou adaptaram às condições socioambientais locais e específicas, assim como os critérios para diferenciá-las dos cultivares comercial.

3. MATERIAL E MÉTODOS

3.1. Caracterização do local de Estudo

O presente estudo, foi realizado na cidade de Morretes fundada em 31 de outubro de 1773 por João de Almeida, possui uma economia baseada na agricultura e no turismo. São produtos agrícolas cultivados em Morretes: banana, mandioca, maracujá, cana-de-açúcar, etc.

A comunidade a que pertencem os educandos denomina-se Mundo Novo do Anhaia.

O estudo foi dividido em três partes, inicialmente com uma caracterização do Programa Pró Jovem em seguida uma caracterização da produção comercialização dos produtos da comunidade e, finalizando uma entrevista através de um questionário (Anexo 1), com educandos do programa. A escolha desses educandos, se deu, para aquelas pessoas que tinham propriedades e que estavam dispostas a resgatar o uso de sementes crioulas. Este questionário foi aplicado durante as aulas práticas do curso.

A experiência do pró Jovem Campo na Comunidade do Anhaia-Morretes, teve início em fevereiro de 2010. A ideia era aumentar o nível de escolaridade e qualificação profissional dos produtores rurais da comunidade e resgatar o uso de sementes crioulas no local.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1. Programa Pró-Jovem:

O Pro jovem Campo Saberes da Terra constitui-se no Programa Nacional de Educação de Jovens integrada com Qualificação Social e Profissional para Agricultores /as Familiares implementado pelo Ministério da Educação por meio da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD) e da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC).O Programa se destina a desenvolver uma política que fortaleça e amplie o acesso e a permanência de jovens agricultores (as) familiares, situados na faixa etária de 18 a 29 anos, no sistema formal de ensino.

Cuja finalidade é proporcionar a formação integral ao jovem do campo por meio de elevação da escolaridade, tendo em vista a conclusão de Ensino Fundamental com qualificação social e profissional e potencializar a ação dos jovens agricultores para o desenvolvimento sustentável e solidário de seus núcleos familiares e suas comunidades por meio e atividades curriculares e pedagógicas, em conformidade com o que estabelecem as Diretrizes Operacionais para Educação Básica nas Escolas do Campo- Resolução CNE/CEB Nº 1 de 03/04/2002.

Na comunidade temos mais de vinte educandos matriculados no Projovem, no entanto, aproximadamente 14 tem frequência satisfatória. Desses 14 a maioria possui mais de vinte e nove anos de idade. São mulheres que casaram muito cedo, mães com número elevado de filhos. Filhos esses que vão junto para a escola, e lá são direcionados para participarem do trabalho voluntário do marido de uma das educadoras.

Só assim conseguimos manter estas mães em sala de aula. Lá nosso trabalho é como uma grande família. O vínculo que criamos em um ano é muito grande.

No Projeto Político - Pedagógico do Projovem é garantida a Integração dos saberes. Essa integração é feita por meio do confronto dos saberes dos educandos e de suas comunidades, saberes dos educadores com os conteúdos das disciplinas do ensino Fundamental, assim como questões da

qualificação profissional componentes do Arco Profissional Produção Rural Familiar.

Sempre é realizado o diálogo de saberes (saberes populares, saberes científicos, tecnológicos, profissionais e ambientais), entre outros na construção de um novo saber. Um saber Humano nas cinco dimensões trabalhadas no Programa (cognitiva, ética, estética, política e técnica). Portanto, um saber humano que contribua com a transformação da realidade cultural, garantido a qualificação social e profissional dos educandos, bem como a dos educadores e das Coordenações.

4.2. Caracterização da Produção e Comercialização Local:

Segundo os produtores, a falta de apoio e incentivo dos mercados locais foram as principais causas do desuso de sementes crioulas na região. Os mercados locais se abastecem com produtos oriundos dos grandes centros (Curitiba). A alegação dos mercados locais para o não favorecimento dos produtores, é a descontinuidade da entrega dos produtos. Havendo assim, a necessidade de recorrer ao CEASA. Restando aos produtores fazerem sua comercialização esporadicamente para os turistas, ou pagarem o uso de barraca na feira local que acontece nos finais de semana.

Dos produtores, 24% atribui o sabor dos produtos e a qualidade das sementes crioulas como principal vantagem de uso em relação as sementes comerciais (Figura 1). A valorização dos costumes, a tradição familiar, também tem grande importância dentro da comunidade. Muitos produtores usam as sementes crioulas somente porque seus pais e avós usavam, esse costume será passado para novas gerações.

- Resistências ao clima, se adaptam bem
- Afetividade, valorização dos costumes
- Baixo custo
- Sabor e qualidade
- Boa aceitação no mercado
- Manutenção da biodiversidade, práticas agroecológicas
- Disponibilidade da semente no tempo certo.

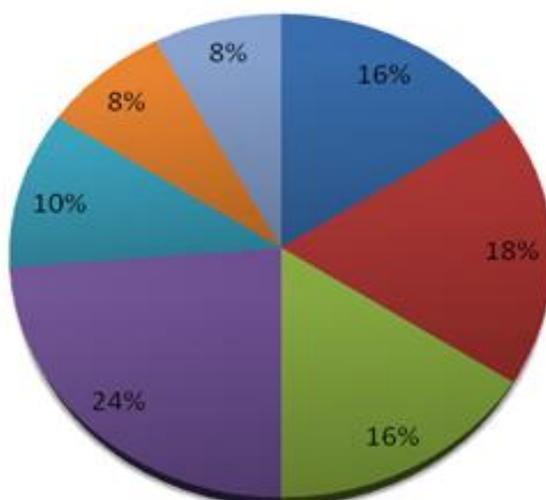


Figura1. Vantagens e desvantagens atribuídas ao uso de sementes crioulas

As mulheres totalizaram 80% dos entrevistados, por isso, vimos uma sensibilidade maior quanto a tradição e afetividade em relação às sementes crioulas (Tabela 1). Todos os produtores moram em suas propriedades, todas com menos de 20 ha⁻¹.

Tabela 1. Caracterização dos produtores, propriedades e uso de sementes crioulas

	Classes	Total	%
Sexo	Masculino	2	20
	Feminino	8	80
Moradia	Mora na Propriedade	10	100
	Produtor proprietário	10	100
Faixa etária	Faixa etária 16 até 25 anos	1	10
	Faixa etária 16 até 25 anos	2	20
	Faixa etária 16 até 25 anos	2	20
	Faixa etária 16 até 25 anos	5	50
	Faixa etária 16 até 25 anos	0	0
	Faixa etária 16 até 25 anos	0	0
Escolaridade	Analfabeto	0	0
	Sabe assinar	0	0
	Ensino Fundamental	0	0
	Ensino Médio	10	100
Tamanho da Propriedade	Área da propriedade menor que 20 ha	8	80
	Área da propriedade 20 a 50 ha	1	10
	Área da propriedade 51 a 100 ha	0	0
	Área da propriedade 101 a 200 ha	0	0
	Área da propriedade 501 a 1000 ha	0	0
	Área da propriedade mais de 1000 ha	1	10
Uso de sementes crioulas	Usou	5	50
	Não usou	5	50
Frequência do uso de sementes crioulas	Nunca usou sementes crioulas	2	20
	Usou sementes crioulas há 10 anos	2	20
	Usou sementes crioulas há 5 anos	1	10
	Sempre usa sementes crioulas	0	0
	Outros	5	50

De acordo com a Figura 2, 42% dos entrevistados dizem que o desuso das sementes crioulas ocorreu devido a falta de incentivo, 37% está ligado ao desinteresse da nova geração, 10 e 11% ligados a falta de mão de obra e dificuldades em obter sementes respectivamente.

■ Desinteresse das novas gerações	37%
■ Deficit de mão de obra	10%
■ Dificuldades em trocar/obter sementes	11%
■ Falta de apoio/incentivo/mercados locais	42%

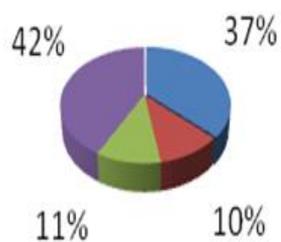


Figura 2. Principais causas das perdas das sementes crioulas

De todos os produtores, metade deles não utilizavam sementes crioulas, até ser formado o banco de sementes na escola da comunidade. Assim, tiveram a oportunidade de comprovar a melhor adaptação ao clima e solo das sementes crioulas em relação as sementes comerciais que utilizavam anteriormente.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Agricultura Familiar só se viabiliza a partir de uma economia solidária, combinada ao uso de novas tecnologias e diversificação dos meios tradicionais de produção. As formas coletivas de produção e comercialização se apresentam como uma alternativa concreta, através da prática da cooperação, associativismo e parceria.

Sabemos que a agricultura ecológica é uma opção consistente para a permanência dos jovens no meio rural, proporcionando-lhes qualidade de vida. Mas entendemos que as demandas dos jovens são mais amplas. Faz-se necessário também trabalhar a identidade, promover a autoestima e viabilizar as condições básicas atualmente requeridas pela juventude rural no que diz respeito á educação, saúde e lazer.

É para dar conta dessas perspectivas mais amplas que se desenvolveram atividades mais coordenadas, em apoio às de formação realizadas pela Pastoral da Juventude, a fim de criar um trabalho com a segunda geração de agricultores ecologistas. A ideia é fazer uma reflexão com esses jovens e produtores sobre os limites presentes em relação á agricultura como um todo e a ecológica em particular, visando à construção de alternativas que possam viabilizar a manutenção dos jovens, com qualidade de vida, no meio rural.

Este trabalho foi uma experiência única para os docentes e os produtores. Contribuindo para que pudessem aprender sobre a manutenção da biodiversidade local, e a introdução das práticas agroecológicas em suas propriedades, e em suas vidas.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARROYO, Miguel Gonzalez. Por um tratamento público da educação do campo. Por Uma Educação do Campo, Brasília, n.5, 91-108, 2004.

----- . Secretaria Geral da Presidência da República. (2005). Projovem: Programa nacional de inclusão de jovens: educação, qualificação e ação comunitária.

ALMEIDA, JALCIONE; NAVARRO, ZANDER. Reconstruindo a Agricultura – Ideias e ideais na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável. Porto Alegre. Editora da Universidade/ UFRGS, 1997.

ALTIERI, MIGUEL. Agroecologia: Bases científicas para uma agricultura sustentável. Livraria e Editora Agropecuária Ltda. Guaíba. RS. 2002.

ARL, VALDEMAR; RHINKLIN, HANSJORG. Livro Verde 2 – Agroecologia. Cepagri e Terra Nova. Caçador/ SC. 3ª Ed. Revisada. 2001.

BONILLA, JOSÉ A. Fundamentos da Agricultura Ecológica: Sobrevivência e Qualidade de Vida. Editora Nobel. São Paulo. 1992.

CAPRA, FRITJOP. Conexões ocultas: Ciência para uma vida sustentável. São Paulo. Ed. Cultrix. 2002.

CAPRA, FRITJOP. A teia da Vida - Uma nova compreensão científica dos sistemas vivos. Editora Cultrix. São Paulo/ SP. 1996.

CARVALHO, HORÁCIO MARTINS DE. Comunidade de resistência e superação. Curitiba. Gráfica Editora Perez Ltda. 2002.

EHLERS, EDUARDO. Agricultura Sustentável: Origens e perspectivas de um novo paradigma. São Paulo. Livros da Terra.1996.

EMBRAPA. Uma Agricultura Sustentável para a Segurança Alimentar. Centro de Pesquisa Agropecuária do Trópico Semi- Árido. Brasília, DF- 1998.

GLIESSMAN, STEPHEN R. Agroecologia: Processos Ecológicos em Agricultura Sustentável. Porto Alegre: Ed. Universidade / UFRGS, 2000.

SANTILLI, Juliana. Agrobiodiversidade e direitos dos agricultores. São Paulo: Peirópolis, 2009.

SCHMITT, C.J. Tecendo as redes de uma nova agricultura: um estudo socioambiental da região Serrana do Rio Grande do Sul.(tese de doutorado). Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2001.

Anexo1. Questionário aplicado

CARACTERIZAÇÃO DO PRODUTOR E DA PROPRIEDADE	
Município:	
1. Qual é o sexo do entrevistado? [] Masculino [] Feminino	
2. O entrevistado mora no estabelecimento? [] Sim [] Não	
3. Qual a situação principal do entrevistado?	
[] Proprietário	[] Familiar do produtor (esposo(a), Filho.).
[] Ocupante	[] Assentado da Reforma Agrária
[] Arrendatário	[] Não opinou ou não soube responder
[] Empregado	[] Outro [.....]
4. Qual a faixa etária do entrevistado?	
[] Menos de 15 anos	[] 46 até 55 anos
[] 16 até 25 anos	[] 56 até 65 anos
[] 26 até 35 anos	[] mais de 66 anos
[] 36 até 45 anos	

5. Qual a escolaridade do entrevistado?

- Analfabeto
- Sabe assinar
- Ensino fundamental incompleto (1ª a 5ª série)
- Ensino fundamental incompleto (6ª a 8ª série)
- Ensino fundamental completo

6. Qual é a área da propriedade (em hectares)

- Menor que 20 ha
- De 20 a 50 ha
- De 51 a 100 ha
- De 101 a 200 ha
- De 201 a 500 ha
- De 501 a 1.000 ha
- Mais de 1.000ha

7. Você já usou sementes crioulas?

8. Até que ano?

9. Quais as vantagens atribuídas às sementes crioulas?

10. Principais causas da perda de sementes crioulas:

- Desinteresse das novas gerações
- Déficit de mão-de-obra
- Dificuldades em trocar/obter sementes
- Falta de apoio/incentivo/mercados locais

Anexo 2. Fotos



Fonte: Acervo Pessoal



Fonte: Acervo Pessoal



Fonte: Acervo Pessoal



Fonte: Acervo Pessoal



Fonte: Acervo Pessoal



Fonte: Acervo Pessoal



Fonte: Acervo Pessoal